

PMDB já admite até o turno único

BRASÍLIA — A direção do PMDB vai consultar os Governadores sobre a questão dos dois turnos para as eleições municipais, que é, formalmente, uma tese defendida pelo partido, a começar pelo próprio Presidente Ulysses Guimarães. Mas, como vários Constituintes e alguns Governadores começam a reavaliar a conveniência desse sistema para as eleições deste ano, o comando peemedebista quer identificar a posição majoritária do partido.

Ontem, o Líder do PMDB, Nelson Jobim, admitiu discutir qualquer alternativa que possa viabilizar acordos na Constituinte, inclusive a realização das eleições municipais deste em turno único. Jobim foi claro, após um encontro com o Líder do PFL, José Lourenço, ao dizer que se recusa a considerar algum tema como inegociável.

A realização da eleição em turno único, que parecia interessar inicialmente apenas ao PFL — que por isso relacionou a supressão dos dois turnos entre os pontos que condiciona para voltar a participar das negociações das lideranças — começa a atrair também o PDT, que já se julga prejudicado com a implantação do sistema.

Com eleições em turno único, o PDT acredita eleger Marcello Alencar Prefeito do Rio e o PDS, por sua vez, confia na vitória de Paulo Maluf, em São Paulo.

Da parte do PMDB, os Governadores, segundo revelou um dos dirigentes do partido, apesar de não assumirem publicamente uma posição ostensiva contra os dois turnos, mostram-se igualmente divididos. O Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, por exemplo, acha que o PMDB ganha as eleições de prefeito em Porto Alegre com turno único, embora não admita que o segundo turno possa derrotá-lo. Mas os peemedebistas gaúchos têm certeza de que, no segundo turno, todos vão se aliar contra o partido. Já o Governador do Rio, Moreira Franco, pensa o contrário, apesar também de não dizer que, sem o segundo turno, perde a eleição na capital.

Parlamentares ligados ao Deputado Ulysses Guimarães revelaram sua preocupação com a possibilidade de se criar dentro da Constituinte uma espécie de "cruzada contra os dois turnos" e que, para a sua frustração, se sustentaria dentro do próprio PMDB.

Já não estão querendo mais discutir os dois turnos como princípio e sim como casuismo: se ele faz ou não um partido ganhar eleições — desabafou o Deputado Ulysses Guimarães a um parlamentar.

A eleição em dois turnos é um dos quatro temas polêmicos da Constituinte cuja votação foi adiada pelo Deputado Ulysses Guima-

rães para permitir um acordo de Lideranças. Os outros são a inelegibilidade de parentes de detentores de mandados executivos, o salário dos "marajás" e a posse das ilhas oceânicas.

Na questão das inelegibilidades, a tendência é a aprovação de um texto novo, com aval de todos os líderes, tornando os parentes inelegíveis em qualquer pleito a partir do sexto mês de exercício do governo. Completa esta alternativa a aprovação de artigo nas Disposições Transitórias determinando que a regra não valerá nas eleições deste ano.

● "MARAJÁS" — Os líderes na Constituinte buscam uma saída para o inciso XI do artigo 38, criado para impedir a criação de "marajás" no serviço público, ao determinar que a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração no serviço público, desde que não sejam excedidos, dentro de cada um dos Poderes da República, os valores totais recebidos, em espécie, pelos membros do Congresso Nacional, os Ministros do Supremo e os Ministros de Estado e seus correspondentes nos Estados e Municípios. Depois de aprovado este texto no primeiro turno, foi constatado um problema: em muitos municípios, os servidores da Câmara ganham mais que os vereadores, em razão dos planos de carreira.

Outra divergência envolve as ilhas oceânicas: o projeto inclui as ilhas entre os bens dos Estados, caso já fossem ocupadas por estes. Há propostas de trocar o conceito de "ocupação" pelo de "domínio", mais amplo, e acrescentar as ocupadas pelos Municípios.

Emenda reduz o mandato de Sarney

BRASÍLIA — A unificação das eleições, em todos os níveis, em 3 de outubro, aprovada na última reunião das Lideranças, será um dos argumentos do Deputado Valdo Barbosa (PDT-RJ) para aprovar emenda que reduz em dois meses e meio o mandato do Presidente Sarney. Com as eleições nessa data e a manutenção de 15 de março para término do Governo, o sucessor do Presidente ficaria esperando pela posse cinco meses e meio.

Vivaldo Barbosa lembrou que a parte permanente da Constituição fixa a posse do Presidente da República em 1º de janeiro. Nas Disposições Transitórias, entretanto, determina que o mandato termina em 15 de março. Como a parte permanente também fixa em cinco anos o mandato, fica claro que o sucessor do Presidente Sarney terá seu período reduzido em dois meses e meio.

Vivaldo apresentou sua proposta ao Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e ao Líder do PFL, José Lourenço (BA), e ainda não teve resposta.

Vivaldo admite, entretanto, que a emenda não precisa do apoio de todos os líderes, embora represente um texto novo, porque está caracterizada como emenda que visa a corrigir contradições — no caso, entre a parte permanente e as Disposições Transitórias.